

O LUGAR DA INTERFACE RURAL-URBANA NO PLANEJAMENTO TERRITORIAL: ESTUDO DE CASO DA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE/RS

THE PLACE OF RURAL-URBAN INTERFACE IN THE TERRITORIAL PLANNING: CASE STUDY OF THE PORTO ALEGRE METROPOLITAN AREA

LETÍCIA THURMANN PRUDENTE

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
lelearn@hotmail.com

RESUMO. O território da metrópole contemporânea caracteriza-se por espaços múltiplos e inter-relacionados, dos quais as interfaces entre espaços urbanos e rurais são os mais representativos. No Brasil, por não serem claras as distinções entre o rural e o urbano, a interface rural-urbana ainda não teve um lugar apropriado no planejamento territorial. Há pressões por apropriação de espaço de ambos os lados, principalmente na escala metropolitana. As metrópoles brasileiras representam a exacerbação do planejamento territorial voltado à visão urbano-centrada da cidade capitalista, a qual tem propiciado a desvalorização do rural e o excessivo crescimento do urbano. As controvérsias sobre definições e delimitações entre o urbano e o rural devem-se aos conceitos construídos historicamente de forma dicotômica e dialeticamente oposta. O rural segue definido antagonicamente em relação ao urbano, apresentado como espaço de atraso ou retrógrado para a sociedade contemporânea. A maioria dos autores apresenta a expansão do espaço urbano sobre o rural como inevitável, constituindo uma continuidade espacial ou um hibridismo, sem distinções entre urbano e rural. Outros mostram novos olhares e novos conceitos, reafirmando a continuidade do espaço e da cultura rural. Neste contexto, os estudos da interface rural-urbana são escassos e há uma divisão interdisciplinar, ficando o espaço urbano e a escala urbana como focos do Planejamento Urbano para os arquitetos-urbanistas, enquanto o rural e a escala regional são focos do Desenvolvimento Rural para os geógrafos, economistas e agrônomos. Este trabalho apresenta discussões conceituais sobre a relação rural-urbano no Brasil e, através de um estudo de caso (Região Metropolitana de Porto Alegre), identifica tipologias de espaços de interface rural-urbana existente na região sul do País. A proposta é ampliar este debate, explicitando conflitos de uso e ocupação do solo na produção do espaço.

PALAVRAS-CHAVE. ESPAÇOS DE INTERFACE RURAL-URBANA, ESCALA METROPOLITANA, PLANEJAMENTO TERRITORIAL.

ABSTRACT. The territory of the contemporary metropolis is characterized by multiple and inter-related spaces, which the interfaces between urban and rural spaces are the most representative. In Brazil, for not being clear distinctions between the rural and the urban, the rural-urban interface has not yet had a proper place in territorial planning. There are pressures for appropriation of space on both sides, especially in metropolitan scale. Brazilian metropolises represent the exacerbation of territorial planning aimed at urban-centric view of the capitalist city, which has led to the devaluation of the rural and urban overgrowth. The controversies over definitions and boundaries between urban and rural are due to historically dichotomously and dialectically opposite constructed concepts. Rural is still antagonistically defined in relation to urban space and presented as a retrograde space for the contemporary society. Most authors present the expansion of urban areas on rural as inevitable, constituting a spatial continuity or an hybridity without distinctions between urban and rural. Others show new perspectives and new concepts, reaffirming the continuity of space and rural culture. In this context, studies of rural-urban interface are scarce and there is an interdisciplinary division: the urban space and urban scale as the focus of Urban Planning for architects and urban planners, while the rural space and the regional scale are focus of the Rural Development for geographers, economists and agronomists. This paper presents conceptual discussions on the rural-urban relationship in Brazil and, through a case study (Metropolitan Region of Porto Alegre), identifies spaces typologies of rural-urban interface in the Southern region of the country. The proposal is to extend this debate, exposing conflicts of occupation and land use in the production of space.

KEYWORDS. SPACES OF RURAL-URBAN INTERFACE, TERRITORIAL PLANNING, BRAZILIAN METROPOLIS.

APRESENTAÇÃO DO TEMA

O lugar da interface rural-urbana no planejamento territorial tem como temática a discussão sobre tipos de espaços de interface rural-urbana existentes na metrópole brasileira, a partir do estudo de caso da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), estado do Rio Grande do Sul (RS). Além disso, busca-se compreender como o planejamento e a gestão urbana e regional, na escala metropolitana, tem trabalhado com estes espaços, que não são nem rurais, nem urbanos, e até que ponto estão sendo inseridos ou marginalizados no processo de planejamento. A hipótese é que não estão sendo contempladas como espaços diferenciados de forma efetiva, apropriada e legal, ficando à margem da gestão e do planejamento territorial.

Este trabalho é parte integrante da pesquisa de doutorado desenvolvida no Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), desde abril de 2013. Corresponde à etapa da fundamentação teórica, que reúne as discussões conceituais sobre a relação rural-urbana no Brasil, e ao início do cruzamento entre os dados secundários do levantamento de campo e a identificação de algumas tipologias de espaços de interface rural-urbana. O objetivo é categorizar tipologias de espaços de interface rural-urbana que possam vir a ser utilizadas como unidades espaciais aplicadas ao planejamento territorial. A abordagem metodológica prioriza a análise sócio-espacial de locais representativos destas tipologias. Neste trabalho, identifica-se diferentes tipologias de espaços de interface rural-urbana e caracteriza-se duas destas tipologias na RMPA, situadas em diferentes contextos sócio-espaciais do território metropolitano.

PROBLEMÁTICA

O território da metrópole contemporânea caracteriza-se por espaços múltiplos e inter-relacionados, dos quais os espaços de interface rural-urbana é um dos mais complexo, repleto de conflitos e disputas entre diferentes agentes na produção do espaço. As metrópoles contemporâneas brasileiras representam a exacerbação do planejamento territorial voltado à visão urbano-centrada da cidade capitalista. O excessivo crescimento das cidades vem, por um lado, tensionando a expansão do espaço urbano sobre o rural e, por outro, desvalorizando o espaço rural, o qual tem sido pouco reconhecido no planejamento urbano e regional.

Deve-se levar em consideração que as diretrizes nacionais da política urbana são recentes no Brasil. Somente em 2001, com o Estatuto da Cidade (EC), foi possível a definição destas diretrizes, as quais foram fortalecidas com a criação do Ministério da Cidade em 2003. Porém, a questão metropolitana não fez parte do EC, pois são poucos os avanços no planejamento territorial para além da escala urbana de cada município. Devido ao fortalecimento da escala municipal de planejamento e gestão territorial, foram produzidos planos diretores desarticulados entre si, que promoveram a fragmentação do espaço metropolitano, deixando uma lacuna na questão regional da escala metropolitana. Apesar de continuarem a existir os órgãos metropolitanos de planejamento e gestão, são poucos os que têm planos e programas efetivos de planejamento integrado. Por outro lado, em 2013, com os 40 anos das primeiras regiões metropolitanas, o governo federal retomou o debate metropolitano, dando ênfase ao planejamento do território e sua governança, através de pesquisas do IPEA e da discussão de um marco legal da política metropolitana nacional – o

Estatuto da Metrópole (COSTA; TSUKUMO, 2013). Novas regiões metropolitanas foram criadas e as primeiras estão completando quatro décadas de experiência, como o caso da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA).

Ao longo deste processo, as relações entre urbano e rural foram construídas historicamente de forma dicotômica e dialeticamente oposta, deixando o espaço rural permanecendo interpretado como aquele que difere do urbano e que tem características pejorativas, como o espaço de atraso ou de retrocesso. A legislação brasileira somente reconhece um espaço como urbano ou como rural e as delimitações teórico-conceituais não são claras, possuindo algumas controvérsias. Devido a esta separação marcante, há um distanciamento legal, teórico e político entre os espaços urbanos e rurais. Neste contexto, há menos ainda referências de trabalhos que trabalhem com os espaços de interface rural-urbana, os quais acabam à margem da prática do planejamento territorial. Estes espaços deveriam ser reconhecidos de forma diferenciada e apropriados ao sistema de planejamento e gestão territorial no Brasil. Deste modo, este trabalho visa contribuir para ampliar este debate e suprir algumas lacunas aplicadas ao planejamento e à gestão da metrópole contemporânea, cujos territórios devem ser reconhecidos por suas multiplicidades de espaços.

INTERLOCUÇÃO TEÓRICO-CONCEITUAL: ESPAÇO RURAL E/OU URBANO

Os conceitos sobre espaço rural e espaço urbano, bem como suas relações, tem sido pauta de discussões atuais no Brasil, dada a falta de definições claras relacionadas à fragilidade do que venha ser rural e urbano. Para a maioria dos autores, principalmente das áreas do Planejamento Urbano e da Geografia, a expansão do urbano sobre o rural é inevitável, expressa no território através de continuidade ou hibridismo espacial, sem distinções entre ambos os espaços (LÉFÈBVRE, 1976, HARVEY, 2005). Esta é a visão que predomina no planejamento urbano e regional, diretamente relacionada ao poder hegemônico (econômico, político, cultural e simbólico) atribuído à cidade capitalista e à cultura urbana. Por outro lado, há também autores mais voltados às áreas do Desenvolvimento Rural e da Agronomia, que apresentam resignificações do rural a partir de releituras e novos olhares para as modificações e inserções de novas atividades e tecnologias no meio rural (GRAZIANO DA SILVA, 1997; CARNEIRO, 1998). Mas a maioria destes aponta a necessidade de resignificações do rural, do urbano e suas relações, pois são múltiplas as realidades sócio-espaciais que caracterizam a metrópole contemporânea.

Alguns autores apresentam a ideia de uma ruralidade como um renascimento do rural, devido a sua resistência e capacidade de renovação de atividades, contrapondo a ideia de que a industrialização absorverá a produção agrícola e propiciará uma urbanização completa da sociedade (CARNEIRO, 1998; MIRANDA, 2008). A ruralidade passa a ser considerado um modo de utilização do espaço e da vida social rural, caracterizada por novas atividades de moradia, lazer e prestação de serviço, assim como por novas cadeias produtivas, transformando o uso e a ocupação do solo (GRAZIANO DA SILVA, 1997). Na realidade, porém, o rural foi permeado por uma urbanidade, representada por modelos econômicos de produção diferentes dos tradicionais, como o agronegócio (agroindústria) e a agricultura familiar (subsistência), consequência direta dos novos sistemas de transporte, comunicação e tecnologias. Desta forma, os conceitos de ruralidade e urbanidade se descolam do rural e do urbano, se abrindo para novas interpretações - entre as quais estão os

espaços de interface rural-urbana, exemplos destas mudanças.

As definições de rural e urbano no Brasil foram construídas historicamente de forma dicotômica e dialeticamente oposta, segundo uma visão compartimentada dos conceitos que provém de um paradigma simplificador e cartesiano. Este buscava a redução do pensamento a um princípio ou uma verdade única, de um “certo” ou “errado”, de um ou outro, e, no caso, de urbano ou rural. Neste sentido, o rural/campo possui conotações pejorativas, sendo um espaço de atraso, rústico e do passado, enquanto o urbano/cidade seria tecnológico, civilizado e do futuro. Porém, a partir de uma visão contemporânea de território, a sociedade e seus processos espaciais encontram-se imersos em uma realidade mais complexa de relações e territorialidades, a qual incorpora questões sistêmicas, integrais e múltiplas do território (MORIN, 2006; HAESBAERT, 2012). Este novo paradigma tende a inserir a complexidade de fenômenos e, por consequência, de conceitos e novos olhares que direcionam a uma visão mais múltipla do território que pode ser incorporada no planejamento territorial.

Haesbaert (2012) defende a ideia de que a atual forma dominante de território, enquanto espaço de disputa no contexto contemporâneo ou pós-moderno, pode ser entendida através de uma “multiterritorialidade”, ou seja, distintos territórios coexistindo em um mesmo espaço-tempo. Segundo este autor, em uma visão de mundo anterior da “modernidade clássica”, as territorialidades eram consideradas contínuas e contíguas, regidas pelo princípio da exclusividade, dentro da noção de um “território-zona”, que compõe mosaicos de espaços justapostos. Porém, em uma visão mais contemporânea, esta noção se transforma em um “território-rede”, composto de espaços sobrepostos e descontínuos. Assim sendo, múltiplas territorialidades podem coexistir em um mesmo espaço, mesmo que este seja fragmentado ou descontínuo.

Esta visão mais complexa, cujas características de espaço urbano e rural se sobrepõem, poderia ser mais apropriada para o entendimento da possibilidade de coexistir um espaço que fosse urbano e rural ao mesmo tempo e em um mesmo espaço. Deste modo, é possível relativizar as definições, ampliando as delimitações conceituais e empíricas sobre os espaços urbano e rural, bem como seus espaços de interface. Considera-se que o espaço de interface rural-urbana seja a região de fronteira entre os espaços urbanos e rurais, a qual não é estanque, pois possui características de ambos, independente de delimitações teóricas e empíricas, físicas ou legais.

Os espaços de interface rural-urbana são mais evidentes nas bordas urbanas do território metropolitano. Miranda (2008) define estes espaços como áreas de transição rural-urbana, caracterizados como espaços plurifuncionais, que têm presença dispersa e fragmentada de usos característicos do solo urbano e rural, associadas à ausência de estrutura urbana coerente que identifique uma unidade espacial. Outros autores, como Sánchez (2011) discutem estes espaços como periurbano, com características de territórios da periferia, exteriores ou marginais ao sistema da cidade, que se organiza a partir dos centros urbanos. Porém, ambos situam estes espaços nas bordas urbanas e, no caso dos espaços de interface rural-urbana, procura-se identificar que há outros espaços que também comportam aspectos de ambos os espaços (rural e urbano) ao mesmo tempo, tanto nas bordas, quanto dentro de espaços urbanos e de espaços rurais. A partir de novos olhares, os espaços de interface rural-urbana são caracterizados pela interação de aspectos urbanos e rurais em um mesmo espaço, definido por múltiplas territorialidades.

RESULTADOS PARCIAIS: ESPAÇOS DE INTERFACE RURAL-URBANA NA RMPA

A Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA)- estudo de caso deste trabalho - apresenta alguns espaços de interface rural-urbana identificados através de aspectos significativos que caracterizam estes espaços no contexto sócio-espacial do território metropolitano. Esta é a quarta região metropolitana mais populosa de País, reunindo 37% da população do Estado do Rio Grande do Sul, em uma densidade demográfica de 382,4 hab/km² (IBGE, 2010). Sua população está concentrada em uma única mancha urbana, ao longo de um eixo norte-sul, entre a capital e o polo econômico dos municípios de Novo Hamburgo e São Leopoldo. A figura 1 apresenta a localização da RMPA no território brasileiro, dentre as 55 regiões existentes, e a localização das tipologias que serão exemplificadas na mancha urbana do território metropolitano.

A mancha urbana da RMPA ocupa uma porção pequena do território metropolitano, pois sua maior extensão é rural. Porém, grande parte espaços rurais da região está prevista como reservas à urbanização nos planos diretores municipais, à espera do crescimento demográfico urbano (Miranda, 2003). Estão destacadas neste território metropolitano duas das tipologias descritas a seguir, localizadas em dois contextos sócio-espaciais: um na borda urbana e outro na área rural.

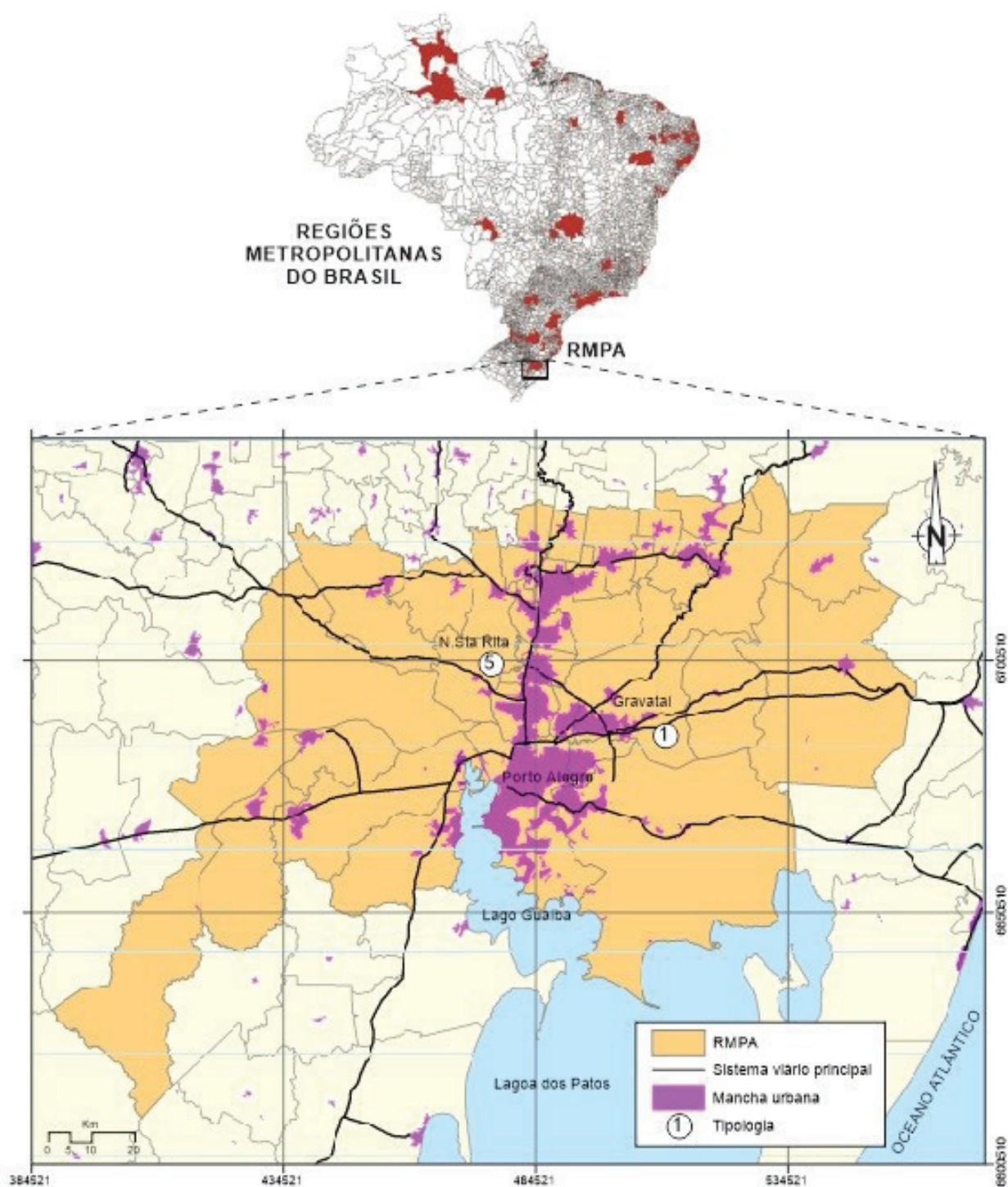
TIPOLOGIAS DE ESPAÇOS INTERFACE RURAL-URBANA

A fim de abrir novas perspectivas de identificação e criação de tipologias de espaços de interface rural-urbana, buscou-se inter-relacionar e enfatizar os aspectos sobre:

- Tipo de atividade de uso e ocupação do solo: residencial, comercial, institucional e agroindustrial;
- Agente produtor do espaço: de caráter público ou privado;
- Localização: no espaço rural, no espaço urbano e/ou em borda rural-urbana.

Em primeiro lugar, buscou-se identificar tipologias localizadas tanto em espaços de borda urbana, quanto dentro de espaços urbanos e rurais. Quanto às atividades, buscou-se desconstruir as referências de atividades primárias voltadas somente ao espaço rural, enquanto as secundárias e terciárias são restritas ao urbano, ressaltando as experiências atuais do território metropolitano. Um exemplo são as agroindústrias familiares, as quais compreendem empreendimentos de propriedade ou posse de agricultor(es) familiar(es), sob gestão individual ou coletiva, localizada em área rural ou urbana.

O caráter público e privado do espaço é enfatizado por ser o mais conflitante em relação ao uso e ocupação do solo. Esta questão é representativa das ações dos principais agentes produtores do espaço, considerando-se como público o Estado e como privado, as empresas e organizações coletivas. Na realidade, considerou-se que os espaços urbano e rural estão diretamente relacionados aos espaços público e privado, respectivamente. A relação público-privada é mais explícita nas bordas urbanas, mas também cabe citar o exemplo dos núcleos administrativos de distritos rurais, definidos como espaço urbano por reunirem serviços e equipamentos reconhecidos como tais (lazer, saúde, escola e administração). O que é urbano no rural, neste caso, acaba sendo público. Não existe, a princípio, um espaço rural público.

FIGURA 1 - RMPA e tipologias de interface rural-urbana na mancha urbana metropolitana.

Fonte: elaboração própria a partir de dados do IPEA (Costa, 2013) e da Base Cartográfica Contínua do Brasil (IBGE, 2013).

Estes são os principais aspectos que estão sendo aprimorados, no sentido de se buscar maiores definições sobre espaços de interface rural-urbana no território metropolitano, o qual acaba fomentado a ampliação do espaço urbano sobre o rural, sem dar lugar a espaços intermediários ou com características rurais. São apresentadas e descritas na tabela 1, oito propostas iniciais de tipologias que se diferenciam em relação a estes aspectos.

TABELA 1 - Tipologias de Espaços de Interface Rural-Urbana.

Nº	ATIVIDADE	AGENTE	LOCALIZAÇÃO.	DESCRIÇÃO
1	Residencial	Privado	Borda, Urbano	Propriedade privada urbana, de uso coletivo, de grande escala, com atividade residencial para média e alta renda (loteamentos “fechados” de condomínios)
2	Residencial	Público Privado	Borda, Urbano	Propriedade privada urbana, de uso coletivo, com atividade residencial para baixa renda (área de interesse social)
3	Residencial Agropecuária	Privado	Borda, Rural	Propriedade privada rural, com atividade residencial e produtiva de subsistência de pequena escala - morador rural e trabalhador urbano
4	Residencial Agroindustrial	Privado	Borda, Rural, Urbano	Propriedade privada, de uso coletivo, com atividade residencial e produtiva (agricultura familiar) de baixa e média escala
5	Residencial Agroindustrial	Público Privado	Rural	Propriedade pública rural, de uso coletivo, para agricultura familiar, de produção agroindustrial de pequena e média escala (agrovilas)
6	Agroindustrial	Privado	Borda, Rural Urbano	Propriedade privada com atividades agroindustriais de grande escala (monocultura)
7	Comercial Agroindustrial	Público Privado	Rural, Urbano	Propriedade pública ou privada, rural ou urbana, com atividades comerciais de produtos agroindustriais (feiras)
8	Institucional	Público	Rural	Propriedade pública rural, com atividades institucionais (escola, saúde, administração, transporte)

Fonte: elaboração própria.

Para uma melhor exemplificação, estão sendo verificadas no estudo de caso estas oito tipologias, entre as quais se destacam duas que serão apresentadas a seguir: Residencial Privado de Borda (nº1) e Residencial Agroindustrial Público-Privado Rural (nº5). Suas principais características em relação a localização, uso e ocupação do solo são apresentadas a seguir.

TIPOLOGIA A: RESIDENCIAL PRIVADO DE BORDA (GRAVATAÍ)

Esta tipologia corresponde ao Condomínio Paragem Verdes Campos, localizado na borda urbana do município de Gravataí, com único acesso pela Rodovia Federal BR-116 (Free-way), principal via de ligação entre a capital e o litoral. É uma propriedade privada, de uso coletivo, caracterizado pelo parcelamento de solo de grande escala espacial e alto padrão habitacional. Consiste em um condomínio de lotes com acessibilidade e circulação pública restritas em seu o entorno. Há apenas um acesso voltado à rodovia que dá acesso direto à capital do Estado (Porto Alegre). A figura 2 mostra a imagem aérea de um condomínio de grande escala espacial com portaria que marca o acesso restrito da área privada.

FIGURA 2 - Condomínio de lotes no perímetro urbano de Gravataí.



Fonte: Verdes Campos (2008).

A maioria dos moradores reside neste município, mas trabalha em outros, principalmente em Porto Alegre, cujo tempo de deslocamento é de apenas 20 minutos até a entrada da capital. Isto significa que as relações destes moradores ocorrem mais com Porto Alegre do que com Gravataí, configurando um empreendimento metropolitano. Este condomínio foi resultado do mercado imobiliário local do município, que visando um caráter diferenciado para um público de alta renda, pressionou o planejamento urbano municipal para ampliar o perímetro urbano e iniciar um núcleo padrão de uma zona residencial especial, limítrofe à zona rural. O tamanho dos lotes é diferenciado de outras zonas residenciais do município e possui um paisagismo interno que remete a paisagens rurais, sendo a perspectiva de estar próximo à cidade, mas viver no campo. Esta é uma tipologia comum encontrada nas bordas urbanas municipais, que vem se reproduzindo como um grande cinturão privado, de grandes proporções territoriais, que potencializa o distanciamento entre as áreas urbanas e rurais de forma estanque.

TIPOLOGIA B: AGROINDUSTRIAL RESIDENCIAL RURAL (NOVA SANTA RITA)

Esta tipologia corresponde à sede da produção da Cooperativa de Produção Agropecuária de Nova Santa Rita (COOPAN), localizada na área rural do município de Nova Santa Rita. É uma grande propriedade pública rural, de uso coletivo, parte do Assentamento Capela, um dos assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A figura 3 mostra uma imagem aérea da sede da cooperativa e parte de sua produção agropecuária.

Denominada de agrovila pelos moradores, tem produção agroindustrial e concentrando espaço central com atividades mistas de trabalho, moradia e renda. As famílias moram em torno da sua sede, onde localizam-se os estabelecimentos de produção e industrialização de alimentos (suínos e arroz), além de outras atividades comunitárias (reuniões, alimentação coletiva e educação do campo). Cada família possui um lote individual nesta sede e outro de produção mais distante - típico de assentamento rural. Sua produção é vendida na rede de comércio varejista das cidades próximas, mas principalmente na capital. Esta tipologia vem se reproduzindo nos assentamentos rurais, principalmente nos do MST, para que possam compartilhar lotes comuns de moradia, como um “condomínio rural”, e terem lotes apenas de produção. Porém, há conflitos justamente pelo fato de ser um parcelamento do solo que não corresponde aos parâmetros que o governo federal utiliza para disponibilizar recursos para a moradia, por exemplo, uma vez que esta deve ser construída no lote individual.

Ambas as tipologias são exemplos de espaços de interface rural-urbana encontrados na RMPA que mostram a complexidade metropolitana. Apresentam a falta de um planejamento metropolitano, pois cada município está planejando o seu território, o que gera áreas descontínuas tanto intermunicipais, quanto áreas entre espaços urbanos e rurais dentro do mesmo município. Além disso, mostram a necessidade de definições para estes espaços intermediários entre o rural e o urbano, para que seja possível amenizar os conflitos e relações entre as limitações e delimitações atuais estanques no território.

São tipologias caracterizadas por grandes extensões de terras e poucos acessos, em geral características de propriedades rurais. A primeira é de caráter privado e tem se multiplicado em diversos municípios, segundo demandas do mercado imobiliário que vem cada vez mais pressionando

FIGURA 3 - Cooperativa Habitacional de Produção Agropecuária.



Fonte: COOPAN (2014).

a expansão do espaço urbano sobre o rural e dificultando a mobilidade e a comunicação entre ambos os espaços. A segunda, por sua vez, é de caráter público-privado e corresponde a padrões urbanos de parcelamento do solo e de atividades mistas (residenciais, agroindustriais e comerciais), sendo proveniente de demandas de movimentos sociais das áreas rurais, principalmente próximas às capitais.

Os critérios e parâmetros intermediários entre espaços urbanos e rurais são importantes para que se possa definir tipos diferenciados de espaços de interface rural-urbana, para que seja possível compatibilizar legislações rurais e urbanas, assim como diferentes escalas de planejamento territorial (metropolitano e municipal), dentro de uma visão mais integradora e multifuncional do território. Este trabalho visa seguir explorando conceitos, definições e padrões apropriados ao planejamento territorial da metrópole contemporânea.

As políticas públicas de planejamento territorial devem reconhecer os espaços de interface rural-urbano como um tipo diferenciado de espaço, isto é, nem rural, nem urbano, mas ambos ao mesmo tempo. Para isso, é importante que se definam e se caracterize tais espaços nas mais variadas situações sócio-espaciais existentes nas áreas rurais e urbanas, assim como nas bordas urbanas.

Neste sentido, as tipologias apresentadas são uma mostra dos primeiros exercícios de levantamento de campo realizados na RMPA. A proposta, portanto, é abrir o debate, inclusive no campo conceitual/teórico, a fim de se chegar a unidades tipológicas possíveis de serem apropriadas em um sistema de espaços de interface rural-urbana no planejamento territorial metropolitano.

REFERÊNCIAS

- CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n.11, p.53-75, out. 1998. Disponível em <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/onze>>. Acesso em: 06 set. 2012.
- VERDES CAMPOS, Condomínio Paragem. *Fotografias*. Disponível em <<http://www.paragemverdescampos.com.br/galeria.asp>>. Acesso em: 26, jan.2014.
- COOPAN, Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita LTDA. Disponível em <<http://www.coopanrs.com.br>>. Acesso em: 05 jan. 2014.
- COSTA, M.; TSUKUMO, I (org) et al. *40 anos de Regiões Metropolitanas no Brasil*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2013.
- GRAZIANO DA SILVA, José. O Novo Rural Brasileiro. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 7, n.1, p.43-81. 1997.
- HAESBAERT, R. *O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- HARVEY, D. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2010*. Disponível em <<http://censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 set.2013.
- _____. *Base Cartográfica Contínua do Brasil na escala 1:250.000 (versão 1.0)*. Data de referência da versão: 22/10/2013. Disponível em <<ftp://geoftp.ibge.gov.br>>. Acesso em: 24 jan.2013.
- LÉFÈBVRE, H. *Espacio y Política*. Barcelona: Ediciones Península, 1976.

MIRANDA, L. I. *Planejamento e Produção do espaço em áreas de Transição rural-urbana: o caso da Região Metropolitana do Recife*, 2000. 270p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano e Regional). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Recife, Recife, 2008.

MORIN, E. *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2006.

SÁNCHEZ, Héctor Ávila. *Lo Urbano-Rural en el Estudio de los Procesos Territoriais em México*. In: RANDOLPH, Rainer; SOUTHERN, Candice Barbra (orgs). *Expansão Metropolitana e Transformação das Interfaces entre Cidade, Campo e Região na América Latina*. São Paulo: Max Limonad, 2011.